

NOTÍCIAS

298 | Novembro 2023 | Jornal mensal

A partir de 01/01/2019 esta publicação destina-se a envio exclusivo por correio eletrónico

DEMISSÃO DE ANTÓNIO COSTA EMPURRA PAÍS PARA ELEIÇÕES



Perante a crise política que se instalou com a demissão do primeiro-ministro, o Presidente da República optou pela dissolução da Assembleia da República e a marcação de eleições para 10 de Março.

Ao início da tarde de 7 de Novembro, numa comunicação ao país a partir de São Bento, o primeiro-ministro, António Costa, anunciou que o Presidente da República tinha aceite o seu pedido de demissão na sequência das buscas e detenções no âmbito da investigação aos negócios do lítio e hidrogénio.

“É meu entendimento que o cargo de primeiro-ministro não é compatível com qualquer suspeição sobre a sua integridade, a sua boa conduta e menos ainda com a suspeita de prática de qualquer acto criminal”, afirmou, depois de dizer ter sido “surpreendido” com o comunicado da Procuradoria-Geral da República que refere que será ou já foi aberto um processo-crime contra si.

Dois dias depois, a 9 de Novembro, após ouvir os Partidos e os Conselheiros de Estado, também o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, se dirigiu ao país para anunciar e justificar a sua decisão de convocar eleições antecipadas para o dia 10 de Março de 2024. São cinco os pontos elencados pelo Chefe de Estado para esta tomada de decisão, que fez de moto próprio “no exercício de um poder conferido pela Constituição da República Portuguesa”, considerando que não houve unanimidade de opinião por parte dos conselheiros de Estado.

“E FI-LO, POR INÚMERAS RAZÕES:

A primeira – a natureza do voto nas eleições de 2022, personalizado no Primeiro-Ministro, com base na sua própria liderança, candidatura, campanha eleitoral, e esmagadora vitória.

Assim o disse, logo em 30 de Março do ano passado, no discurso de posse do Governo, ao falar em eventual substituição a meio do caminho. Sublinhando o preço das grandes vitórias inevitavelmente

pessoais e intencionalmente personalizadas.

Segunda – a fraqueza da formação de novo Governo com a mesma maioria, mas com qualquer outro Primeiro-Ministro, para tanto não legitimado política e pessoalmente pelo voto popular.

Tercera – o risco, já verificado no passado, de essa fraqueza redundar num mero adiamento da dissolução para pior momento, com situação mais crítica e desfecho mais imprevisível. Vivendo o Governo até lá como um Governo presidencial, isto é, suportado pelo Presidente da República e o Presidente da República como um inspirador partidário. Tudo enfraquecendo o papel presidencial, num período sensível em que ele deve ser, sobretudo, uma referência interna e externa.

Quarta – a garantia da indispensável estabilidade económica e social que é dada pela prévia votação do Orçamento do Estado para 2024, antes mesmo de ser formalizada a exoneração do atual Primeiro-Ministro, em inícios de Dezembro. A aprovação do Orçamento permitirá ir ao encontro das expectativas de muitos Portugueses, e acompanhar a execução do PRR, que não pára, nem pode parar, com a passagem de Governo a Governo de gestão, ou mais tarde com a dissolução da Assembleia da República.

Quinta – maior clareza e mais vigoroso rumo para superar um vazio inesperado, que surpreendeu e perturbou tantos Portugueses, afeiçoados, que se encontravam, aos oito anos de liderança governativa ininterrupta. Devolvendo assim a palavra ao Povo. Sem dramatizações nem temores.”

Ao escolher a data de 10 de Março, o Presidente da República salvaguardou a aprovação do Orçamento do Estado para 2024, bem como o processo de substituição na liderança no Partido do Governo, onde dois candidatos já formalizaram a candidatura (Pedro Nuno Santos e José Luís Carneiro) face à partida de António Costa. O Governo manter-se-á em funções, entrará em gestão em Dezembro, sendo que a dissolução do Parlamento foi anunciada para 15 de Janeiro pelo presidente da Assembleia da República, Santos Silva.

Conselhos Consultivos Regionais atentos à campanha eleitoral

Os Conselhos Consultivos Regionais da Confederação tiveram início em Vila Franca de Xira no dia 9 de Novembro, com a crise política a somar aos temas já agendados para cada um dos encontros. Os Conselhos do Ribatejo, do Oeste,

do Baixo Alentejo e Algarve, e do Alto Alentejo já se realizaram no mês de Novembro e foram unanimemente dominados pelos temas da água e da seca, a que se juntaram as primeiras reflexões sobre as eleições legislativas de 10 de Março e sobre a vontade dos políticos em conhecerem e assumirem protagonismo junto do mundo rural.

A relação entre densidade populacional e número de votos, e consequente eleição de deputados, é uma fórmula que tem prejudicado o mundo rural e a defesa

das actividades agro-pecuárias e silvícolas que aí se praticam. Esta é uma questão que volta a estar sobre a mesa, com alguma urgência face ao momento que se atravessa, e que tem sido uma constante nestes encontros entre dirigentes associativos.

Com a campanha eleitoral já em andamento informal, os dirigentes da CAP continuam a ronda pelas regiões no mês de Dezembro: Centro (dia 4), Entre Douro e Minho (11) e Trás-os-Montes (12).

Índice

- Glifosato autorizado por mais 10 anos
- Candidaturas VITIS 2024-2025
- 9º Congresso Europeu de Jovens Agricultores
- DGADR apresenta Plataforma AKIS
- 3º Congresso Ibérico do Milho
- Plano de Ação para Envelhecimento Ativo
- Gripe das Aves detetada em gaivota
- Gasóleo volta a subir nos Açores
- IFAP| Pagamentos em Novembro
- PDR mais exigente com investimentos
- Salário Mínimo sobe para 820 euros
- Declaração de Existências de Suínos
- Portugal Sou Eu | Adegas do Montado lança novo vinho

& escrito

“Obviamente, apresentei a minha demissão ao Presidente da República.”

António Costa, Primeiro-ministro
Palácio de São Bento, 07/11/2023

“Optei pela dissolução da Assembleia da República e a marcação de eleições em 10 de Março de 2024.”

Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República
Palácio de Belém, 09/11/2023

“Se me pergunta se tenciono apresentar a minha demissão: não, não tenciono.”

João Galamba, ex-ministro das Infraestruturas
Assembleia da República, 10/11/2023

“Centeno quis ser, e foi, pelo menos durante algum tempo, candidato a primeiro-ministro de uma maioria socialista.”

António Leitão Amaro, vice-presidente do PSD
Público, 11/11/2023

“CDS está a fazer tudo para ser capaz de ir sozinho a votos, para somar uma alternativa de centro-direita em Portugal.”

Nuno Melo, presidente do CDS
TSF, 10/11/2023

“A Iniciativa Liberal apresentar-se-á com as suas listas, com as suas ideias e com os seus propósitos.”

Rui Rocha, presidente da IL
TSF, 12/11/2023

“[Estou] empenhado em conquistar o maior número de votos possível para que o PSD sozinho tenha condições de estabilidade governativa”

Rui Rocha, presidente da IL
TSF, 12/11/2023

Informação IFAP sobre pagamentos em Novembro



IFAP

Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.

No dia 20 de Novembro, o IFAP divulgou a nota que se segue relativa aos pagamentos de 15 e 24 desse mês, respectivamente PDR 2020 - M9 Manutenção da atividade agrícola em Zonas Desfavorecidas (adiantamento de 85% em 15 e 24 de Novembro), e Apoio ao Rendimento Base e Pagamento aos Pequenos Agricultores (adiantamento de 70% em 24 de Novembro).

Excerto do Calendário Indicativo de Pagamentos do IFAP para 2023

| APOIO/AJUDA | Tipo de pagamento | Data prevista |
|------------------------------------------------------------------------|----------------------|-----------------|
| | | NOVEMBRO |
| PDR 2020 - M9 Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas | Adiantamento 85% (3) | 15 |
| PDR 2020 - M9 Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas | Adiantamento 85% (3) | 24 |
| ARB - Apoio ao rendimento base | Adiantamento 70% (2) | |
| PPA - Pagamento pequenos agricultores | Adiantamento 70% (2) | |

⁽²⁾ Percentagem de adiantamento aprovada pelo Regulamento de Execução (UE) nº 2023/1508, da Comissão, de 20 de julho de 2023.

⁽³⁾ Percentagem de adiantamento aprovada pelo Regulamento de Execução (UE) nº 2023/1509, da Comissão, de 20 de julho de 2023.

“Tendo presente o calendário de pagamentos informa-se que:

- No adiantamento de 85% de MZD calendarizado para o dia 15 de Novembro foram excluídos os processos com áreas declaradas de baldio, os processos com suparcelas de cabecceiras e áreas envolventes bem como os processos com elementos lineares e da paisagem (ELP). O cálculo do número de animais para efeitos de encabeçamento não teve em conta todos os animais do próprio em pastoreio.
- Para o pagamento calendarizado para o dia 24 de Novembro os processos indicados no ponto 1. serão incluídos no adiantamento de 85% de MZD. O cálculo do número de animais para efeitos de encabeçamento será ajustado. As datas das contagens para efeitos da contabilização do número de animais das espécies bovina, ovina e caprina são: 01/02/2023, 28/02/2023, 21/03/2023, 12/04/2023 e 26/04/2023, para a espécie equídea 28/02/2023, 28/04/2023, 31/05/2023, 30/06/2023 e 31/07/2023 e para a espécie suína a DES de Abril e de Agosto.
- Nos adiantamentos do Apoio ao Rendimento Base (ARB) e Pagamento aos Pequenos Agricultores (PAG) calendarizados para o dia 24 de Novembro está previsto o adiantamento de 70% do montante da ajuda.
- Nestes adiantamentos informa-se ainda que:
 - As anomalias detetadas no controlo administrativo, disponíveis na área reservada dos beneficiários, foram consideradas no apuramento, uma vez que ainda não ocorreu a sua análise e tratamento das eventuais respostas.
 - No que respeita aos resultados do SVS, mantêm-se cerca de 38 mil polígonos com resultado não conforme, maioritariamente por não finalização do processamento de avaliação.
 - As áreas declaradas de ELP estão excluídas do adiantamento do dia 24 de Novembro.
 - Excluídas as sociedades com condição de agricultor ativo a comprovar, uma vez que não têm no IB CAE agrícola, apesar de terem sido alertados no PU que tinham a situação por regularizar
 - Ainda existem pedidos de alteração às candidaturas em análise.

Executivo açoriano volta a subir gasóleo agrícola



A Federação Agrícola dos Açores reagiu a mais um aumento do gasóleo que veio agravar o preço praticado na região, que já registou subidas de 24,3 cêntimos nos últimos quatro meses. A FAA divulgou o comunicado que se publica em seguida

“O Governo Regional dos Açores anunciou mais uma subida do gasóleo agrícola, através de um aumento de 2,9 cêntimos por litro, a partir do dia 1 de Novembro. Este aumento do gasóleo agrícola surge numa fase em se verificam algumas descidas do preço de leite, pelo que se aguarda, que as indústrias de laticínios dos Açores sejam solidárias com os seus produtores, e paguem um preço justo pelo litro de leite.

Embora tenham existido algumas diminuições dos custos dos fatores de produção, nomeadamente, das rações e dos adubos, que resultam dum esforço significativo das empresas ligadas a esta área, estas ações ainda não são suficientes para compensar as

descidas de preço de leite já anunciadas.

Por outro lado, outras componentes dos fatores de produção continuam com preços demasiado altos, decorrentes da elevada inflação ainda existente ou das taxas de juros em vigor, pelo que, esta subida do gasóleo agrícola contribui numa forma significativa e considerável, para o aumento de custos das explorações agrícolas na região.

A importância da agricultura é reconhecida por todos, pelas repercussões sociais e económicas que tem em todas as ilhas dos Açores, por isso, o Governo dos Açores tem de fazer a sua parte, e tomar medidas concretas que possam contribuir para a diminuição dos custos dos fatores de produção, ao contrário do quem tem acontecido no caso do gasóleo agrícola.”

Comunicado FAA, 03/11/2023

Declaração de Existências Suínos em Dezembro



Decorre em Dezembro mais um período obrigatório de Declaração das Existências de Suínos (DES), conforme Aviso PCEDA (Plano de Controlo e Erradicação da Doença de *Aujeszky*) da DGAV.

Durante esse mês os operadores de todas as explorações de suínos são obrigados a declarar os efetivos que possuam, referidos ao dia 1 de Dezembro.

A Declaração das Existências de Suínos poderá ser efetuada diretamente pelo operador na área reservada do IFAP, ou em qualquer departamento dos Serviços de Alimentação e Veterinária Regionais ou ainda nas organizações de agricultores protocoladas com o IFAP, através do Mod.800/DGV desmaterializado.

PDR2020 mais exigente com início de investimentos

O site do PDR2020 anuncia que, a partir de 8 de Novembro, passam a vigorar regras mais exigentes para início das operações de investimento, conforme nota que reproduzimos em seguida:

“O PDR2020 entrou na sua reta final, exigindo

absoluta celeridade no arranque da execução dos projetos, condição urgente e crucial para assegurarmos a execução integral do Programa. É, por isso, imperativo que as atuais regras para as prorrogações das datas de início de execução dos projetos, que se manterão em vigor, sejam complementadas com as necessárias disposições mais restritas.

Assim, informamos que a partir do dia 8 de Novembro de 2023, passam ser aplicados os

seguintes limites:

- A data de início só pode ser prorrogada uma vez. Nos casos em que a data de início já tenha sido prorrogada, e não tenha sido atingido o número limite de pedidos de alteração de datas, é possível solicitar uma nova, e única, prorrogação do início da execução do projecto;
- Para projetos que tenham previstas

plantações, o prazo limite de início pode ser prorrogado no máximo até 02.05.2024, mediante apresentação do comprovativo da encomenda das plantas;

- Para projetos que não tenham previstas plantações, o prazo limite de início pode ser prorrogado no máximo até 3 meses após a decisão do pedido de alteração, não podendo ser excedido o limite de 02.05.2024.”

9º Congresso Europeu de Jovens Agricultores



«Jovens Agricultores: Guardiões da tradição e motores da inovação» é o tema da 9ª edição do Congresso Europeu de Jovens Agricultores que se realiza a 6 de Dezembro em Bruxelas.

Mais de 300 participantes são esperados no regresso ao Parlamento Europeu, do Congresso Europeu de Jovens Agricultores, que decorre na tarde de quarta-feira, 6 de Dezembro, a partir das 14h30.

O Congresso é uma iniciativa anual, co-organizada desde 2012 pela CAP e ASAJA com eurodeputados do PPE. Nesta 9ª edição, as duas entidades agrícolas ibéricas partilham a organização do evento com os seguintes quatro eurodeputados: Nuno Melo (Portugal), Herbert Dorfmann (Itália), Juan Ignacio Zoido Álvarez (Espanha) e Michaela Šojdrová (Chéquia).

Os organizadores do Congresso contam também com outros parlamentares europeus, uma vez que todos os membros do Partido Popular Europeu (PPE) são convidados a acompanhar e promover os jovens agricultores do seu país, num cargo a que chamam de “embaixador MEP”.

Neste momento já estão confirmados “embaixadores” de 21 Estados-membros: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chéquia, Chipre, Croácia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, e Roménia, o que confirma a importância desta iniciativa para quase todos os 27 países da União Europeia.

Como é tradição, o programa do 9º Congresso inclui a entrega do Prémio de «Melhor Jovem Agricultor Europeu» disputado entre os projectos vencedores dos Concursos Nacionais realizados anteriormente em cada Estado-membro participante.

Os diversos candidatos apresentam os seus projectos e concorrem a prémios nas seguintes categorias: Melhor projeto digital; Projeto mais resiliente; Melhor projeto de melhoria das zonas rurais. Os vencedores recebem 15 mil euros.

Portugal será representado por Inês Marques Lopes que venceu o concurso nacional em Setembro com o projecto PTáchio, uma criação alentejana que junta porcos e pistácios, sustentabilidade, emprego e investimento e dinamismo local.

VITIS 2024-2025 | Candidaturas a 4 de Dezembro



As candidaturas à Reestruturação e Conversão de Vinhas – campanha 2024-2025, decorrem entre 4 de Dezembro e 8 de Janeiro e há procedimentos a fazer antes de apresentar a mesma.

Os candidatos ao VITIS 2024-2025 têm de optar por uma das duas intervenções:

- VITIS - Reestruturação e conversão de vinhas, com dotação de 77 milhões de euros;
- VITIS Biológica - Reestruturação e conversão de vinhas biológica, com dotação de 3 milhões de euros.

As candidaturas, que decorrem entre as 9 horas do dia 4 de Dezembro e as 17 horas de 8 de Janeiro, serão hierarquizadas e aprovadas de acordo com a dotação disponível.

As candidaturas são submetidas online na página eletrónica do IFAP e serão decididas até 31 de Maio 2024.

SUBMISSÃO DE CANDIDATURAS

Antes da submissão das candidaturas, os viticultores devem:

- Providenciar a atualização do Registo Central

Vitícola;

- Proceder à sua inscrição como beneficiários IFAP para obtenção de NIFAP, ou procederem à atualização de dados, nomeadamente do NIB e/ou endereço eletrónico;
- Efetuar a inscrição ou atualização dos dados da exploração, no Sistema de Identificação do Parcelário (iSIP) do IFAP, para identificação dos novos locais de investimento e comprovação da posse da terra;
- Obter os pedidos de pareceres ou pareceres relativos às vinhas em área classificada e vinhas no Alto Douro Vinhateiro (se aplicável) ou outros documentos constantes na legislação, necessários à correta submissão das candidaturas, sendo que todos os pareceres devem ser apresentados na DRAP da área de intervenção da candidatura até 30 de Abril de 2024.

Mais informações no site do Instituto da Vinha e do Vinho: www.ivv.gov.pt

PLANO DE AÇÃO PARA O ENVELHECIMENTO ATIVO



No dia 8 de Novembro foi apresentado aos Parceiros Sociais, na Comissão Permanente de Concertação Social, o “Plano de Ação para o Envelhecimento Ativo”, como meio de preparação da sociedade para o envelhecimento, que compreende 6 pilares Estratégicos, a saber:

- 1) Saúde e Bem-Estar, que visa a promoção de estilos de vida saudáveis e prevenção de doenças, através do fomento da saúde e prevenção da doença, bem como deteção e atuação precoce na doença, cuidados integrados e de longa duração nas seguintes áreas prioritárias: cardiovascular, doença mental e demências, oncologia e musculo-esquelética, diminuição da mortalidade precoce e dependência, intervenção preventiva em hábitos de nutrição, exercício físico, tabagismo e alcoolismo e capacitação dos cuidadores, com ações de formação de apoio imediato ao cuidador informal;
- 2) Autonomia e Vida Independente, com o objetivo de assegurar uma vida independente, ambientes seguros, saudáveis e acessíveis e ainda minimização dos impactos do isolamento, habitações colaborativas, comunidades amigas do envelhecimento, reforço da autonomia e apoio domiciliário diferenciado e multidisciplinar;
- 3) Desenvolvimento e Aprendizagem, que compreende educação e formação ao longo da vida;
- 4) Vida Laboral Saudável, fomentando a participação no mercado de trabalho, com requalificação profissional após os 50 anos, adaptação das carreiras profissionais e locais, promoção da diversidade intergeracional no local de trabalho e combate ao idadismo no local de trabalho;
- 5) Rendimentos e Economia, por forma a garantir Rendimento Individual e Economia do Envelhecimento, através da atualização anual das pensões e promoção do empreendedorismo sénior;
- 6) Participação na Sociedade, através de ações de fomento do voluntariado e de participação na vida política, social e cultural.

Nessa sessão foi ainda divulgada a criação do Centro de Competências do Envelhecimento Ativo (CCEA), com sede física em Loulé, e recurso a financiamento do PRR, que tem por objetivo formar e capacitar todas as pessoas que lidam de alguma forma com o envelhecimento, desenvolvendo técnicas de resposta e de estímulo a formas de envelhecimento ativo (www.cceativo.pt).

Salário Mínimo sobe para 820 euros

A reunião semanal do Conselho de Ministros de 9 de Novembro, dois dias após o pedido de demissão do primeiro-ministro, aprovou o Decreto-Lei nº107/2023, que determina o aumento do salário mínimo nacional para 820 euros a partir de 1 de Janeiro de 2024.

Este aumento decorre do cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do Reforço do Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade, e representa um acréscimo de 60€ mensais e corresponde ao maior aumento da retribuição mínima mensal garantida alguma vez verificado, de 7,9%.

DGADR apresenta Plataforma AKIS



A Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) apresentou no início de Novembro

a plataforma AKIS Portugal, um sistema de conhecimento e inovação da agricultura nacional que reúne todos os atores do setor agrícola e florestal em prol da modernização das zonas rurais, promoção e partilha de conhecimentos, inovação e digitalização na agricultura e nas zonas rurais.

Como explicaram os promotores, os agricultores e silvicultores são o centro da plataforma AKIS. O seu envolvimento em Grupos Operacionais ou em projectos orientados para a transferência de conhecimento, bem como a

participação em grupos de discussão, inclusivamente por meio de redes sociais, são exemplos de formatos eficazes de troca de soluções com outros agricultores.

É objectivo da AKIS congregar em torno da plataforma todos aqueles que produzem e utilizam conhecimento, nomeadamente agricultores, silvicultores, consultores, investigadores, redes rurais, autoridades nacionais e regionais, meios de comunicação, empresas, academia, consumidores e cidadãos.

Mais informação em
www.akisportugal.pt

Glifosato autorizado por mais 10 anos

Passado um mês, a nova votação sobre a prorrogação da autorização do uso de glifosato não trouxe qualquer alteração, pelo que a Comissão Europeia assumiu a sua proposta de renovação da autorização do uso de glifosato por mais dez anos.

Após a votação inconclusiva de 13 de Outubro, o Comité Permanente das Plantas, Animais, Alimentos para Consumo Humano e Animal

(SCOPAFF) voltou a reunir a 16 de Novembro para uma nova votação dos Estados-membros referente à proposta da Comissão Europeia sobre a autorização do uso da substância activa glifosato por um período de mais dez anos.

Tal como há um mês atrás, os Estados-membros mantiveram as mesmas posições, não conseguindo a maioria qualificada necessária (**Abstenção:** Bélgica, Bulgária, Alemanha, França, Malta e Países Baixos - **Contra:** Áustria, Croácia e Luxemburgo - **Favor:** Chipre,

Chéquia, Dinamarca, Estónia, Finlândia, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Polónia, Portugal, Roménia, Eslováquia, Eslovénia, Suécia e Espanha).

Face a esta situação, a decisão fica agora a cargo da Comissão Europeia, o que significa a aprovação da sua proposta e a consequente prorrogação do uso desta substância activa por mais dez anos, indo assim ao encontro das posições assumidas pela esmagadora maioria das organizações do COPA-COGECA, entre as quais a CAP.

Gripe das Aves detectada em gaivota



A Direção Geral de Alimentação e Veterinária confirmou a infeção por vírus da Gripe Aviária de Alta Patogenicidade (GAAP) do subtipo

H5N1, numa gaivota-de-asa-escura (*Larus fuscus*), recolhida na freguesia da Gafanha da Nazaré, concelho de Ílhavo, distrito de Aveiro.

Uma vez que nas proximidades do local não existem explorações avícolas comerciais, os detentores de aves de capoeira (detenção caseira) foram contactados para reforçarem a adoção de medidas de biossegurança tendo em vista a proteção das aves detidas.

A DGAV apela a todos os detentores de aves que cumpram com rigor estas medidas, bem como as boas práticas de produção avícola, por forma a evitar contactos diretos ou indiretos entre aves domésticas e aves selvagens. Apela também ao reforço

dos procedimentos de higiene de instalações, equipamentos e materiais, bem como ao rigoroso controlo dos acessos aos estabelecimentos onde são mantidas as aves.

Perante qualquer suspeita de doença, a notificação deve ser imediata para permitir uma rápida e eficaz implementação das medidas de controlo da doença no terreno pela DGAV.

A DGAV destaca que a deteção da infeção por vírus da Gripe Aviária de Alta Patogenicidade em aves selvagens não afeta o estatuto sanitário de Portugal, país livre desta doença em aves de capoeira.

3º CONGRESSO IBÉRICO DO MILHO



A ANPROMIS e a AGPME preparam a terceira edição do

Congresso Ibérico do Milho que terá lugar nos dias 21 e 22 de Fevereiro de 2024, no Altis Grand Hotel, em Lisboa.

A Associação Nacional de Produtores de Milho e Sorgo (ANPROMIS) e a Associação Geral de Produtores de Milho de Espanha (AGPME) juntam-se mais uma vez para debater os desafios e oportunidades de uma das mais importantes culturas arvenses semeadas na Península Ibérica. A cultura ocupa uma área de cerca de 600 mil hectares e a partilha de conhecimentos entre produtores ibéricos é uma prioridade que ambas as organizações abraçam em prol da competitividade da cultura.

De acordo com a organização, a

iniciativa espera reunir cerca de 700 participantes nacionais e espanhóis e o programa promete abordar temas determinantes para o futuro da cultura do milho, como sejam:

- Inovação, tecnologia e competitividade no sector dos cereais;
- As alterações climáticas e o seu impacto na agricultura dos países mediterrânicos;
- A importância do regadio na competitividade da agricultura Ibérica;
- A produção de cereais e a soberania alimentar em Portugal e Espanha.

Mais informações em
www.anpromis.pt



Adega do Montado lança novo vinho

A Adega do Montado, aderente ao Portugal Sou Eu desde 2021, dedica-se à produção e comercialização de vinho, em Serpa e nasceu de um sonho de um dos sócios: plantar uma vinha no Alentejo e dar a conhecer a região ao mundo.

No dia 20 de Novembro, apresentou o seu mais recente vinho, o Superior Tinto Monte das Bagas de Ouro - Alicante Bouschet 2019, numa festa que decorreu na Ordem dos Médicos em Lisboa.

O evento contou com a presença de alguns dos seus parceiros, enófilos, apreciadores de vinho e amigos.

Como explica o enólogo da Adega do Montado, Nelson Rolo - “a partir da grandiosa casta Alicante Bouschet, proveniente de um pequeno talhão, seleccionámos as melhores uvas, os melhores cachos, vindimados de madrugada, à mão. A Fermentação decorreu em pequenos lagares e o estágio deste lote realizou-se em barricas novas de carvalho francês.”



Serviço de Aconselhamento Agrícola e Florestal

Beneficie deste serviço e informe-se! Contacte-nos!

CAP
AGRICULTORES DE PORTUGAL

R. Mestre Lima de Freitas, nº1
1549-012 Lisboa
www.cap.pt
21 7100000

Sistema de Aconselhamento Agrícola e Florestal

Delivered by